

CONVÊNIO BCB/CNJ-2008

**TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO DE
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL CELEBRADO
ENTRE O BANCO CENTRAL DO BRASIL E O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.421.906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado por seu Presidente, Ministro Antonio Cezar Peluso, e o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 06.026.531/0001-30, doravante denominado TRE/CE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, firmam o presente TERMO DE ADESÃO ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o Banco Central do Brasil, neste ato denominado BCB, e o CNJ, em 2 de dezembro de 2008, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente TERMO DE ADESÃO assegura o acesso do TRE/CE às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o BCB e o CNJ, em 2 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – O TRE/CE se obriga a cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no Convênio de Cooperação Institucional de que trata a cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente TERMO DE ADESÃO entra em vigor na data de sua assinatura, tendo sua duração condicionada ao tempo de vigência do Convênio.

O presente TERMO DE ADESÃO é assinado em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza os seus legítimos efeitos, destinando-se uma ao BCB, uma ao CNJ e uma ao TRE/CE.

Fortaleza, 10 de dezembro de 2010.



Ministro Antonio Cezar Peluso
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Presidente do TRE/CE

**Termo previamente examinado e
aprovado pela assessoria jurídica
da Administração, nos termos do
art. 38, parágrafo único da Lei
nº. 8.666/93**
Em. 10 / 12 / 2010



**Assessoria Jurídica
DIGER**

Roberta Martins de Castro
Assessora-Chefe da ASDIR
Mat. n.º 77.056